



ALOPAR PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ 20.692.513/0001-18

Balanco Patrimonial 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	332	317	Outras obrigações	18	18
Dividendos a receber (Nota 7)	4.535	3.942	Partes relacionadas	-	120
Partes relacionadas	-	120	Dividendos a pagar (Nota 10)	27.544	17.073
Outros ativos	10	10		27.562	17.211
	4.877	4.389	Não circulante		
Não Circulante			Provisões trabalhistas (Nota 11)	930	930
Realizável a longo prazo	15	15		930	930
Depósito judiciário recursal	431.101	402.097	Total do passivo	28.492	18.141
Investimentos (Nota 8)	410	420	Patrimônio líquido (Nota 12)		
Imobilizado (Nota 9)	431.526	402.532	Capital social	80.000	80.000
			Ajuste de avaliação patrimonial	109.711	121.057
			Ajuste de avaliação patrimonial	218.200	187.723
			Reservas de lucros	407.911	388.780
			Total do patrimônio líquido	436.403	406.921
Total do ativo	436.403	406.921	Total do passivo e patrimônio líquido	436.403	406.921

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2022	2021
Despesas administrativas (Nota 13)	(51)	(68)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	60.855	48.701
Lucro operacional	60.804	48.633
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	60.803	48.632
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,76	0,61

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais						
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80.000	111.873	9.672	152.369	-	353.914
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	48.632	48.632
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.632	48.632
Perdas por variação de participação no capital da coligada	-	232	-	-	-	232
Variação cambial de investidas no exterior	-	8.952	-	-	-	8.952
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	2.432	-	(2.432)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	(11.550)	(11.550)
Dividendos adicionais distribuídos (Nota 12)	-	-	-	(11.400)	-	(11.400)
Retenção de lucros	-	-	-	34.650	(34.650)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	80.000	121.057	12.104	175.619	-	388.780
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	60.803	60.803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.803	60.803
Ganhos por variação de participação no capital de investidas	-	3.108	-	-	-	3.108
Variação cambial de investidas no exterior	-	(14.454)	-	-	-	(14.454)
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.040	-	(3.040)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	(14.441)	(14.441)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	(15.885)	(15.885)
Retenção de lucros	-	-	-	27.437	(27.437)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.000	109.711	15.144	203.056	-	407.911

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	60.803	48.632
Ajustes		
Depreciação	10	10
Reversão de provisão para contingências	-	(9)
Equivalência patrimonial	(60.855)	(48.701)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de outros ativos	120	78
(Aumento) redução de outros passivos	(120)	9
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(42)	19
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	19.912	14.856
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	19.912	14.856
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas	(19.855)	(14.597)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(19.855)	(14.597)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	15	278
No início do exercício	317	39
No final do exercício	332	317
Redução de caixa e equivalentes de caixa	15	278

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: As atividades da Alopap Participações e Comércio S.A., ("Alopap" ou "Companhia") compreendem basicamente a administração de bens próprios e a construção e comércio de bens imóveis e principalmente a participação em outras sociedades. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. A Alopap é uma Holding que possui participação de 38% nas empresas Mineração Curimbaba Ltda. e GC Internacional Ltda. e, indiretamente, de suas respectivas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Curimbaba" ou "Grupo"). A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido negativo no montante de R\$22.685 (R\$12.804 em 31 de dezembro de 2021), o qual deriva de dividendos a pagar aos próprios acionistas. Considerando a Companhia se tratar de uma empresa holding, sem passivos relevantes perante a terceiros e com lastro patrimonial superior ao valor da insuficiência de capital circulante, a regularização da mesma compete exclusivamente a uma determinação específica por parte de seus acionistas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Alopap Participações e Comércio S.A., em 30 de maio de 2023. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Mudança nas políticas contábeis e divulgações:** (a) **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Alopap são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo

do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.5. Investimento em coligadas** - Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo Curimbaba. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.6. Imobilizado** - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, garagem, oficina e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.8. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9. Capital social** - As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.10. Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que determina dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **2.11. Reconhecimento da receita - Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que

apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: (a) **Taxas de vida útil do ativo imobilizado** - Conforme apresentado na Nota 2.6, a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras. **4. Gestão de risco financeiro:** **4.1. Fatores de risco financeiro** - A Companhia, como empresa holding, está exposta aos riscos financeiros oriundos das operações do Grupo Curimbaba. As atividades do Grupo Curimbaba o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Curimbaba. O Grupo Curimbaba não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela administração central juntamente com o Diretor Superintendente do Grupo Curimbaba. **(a) Risco de mercado - (i) Risco cambial** - O Grupo Curimbaba possui forte atuação internacional, principalmente através de suas controladas no Uruguai através da Mirfak, na Espanha através da Elfusa Trading SL, nos Estados Unidos através da Sintex Minerals & Services Inc. e suas controladas e no México através da Sintex Minerals & Service - México. Sejam os investimentos, sejam as transações de vendas realizadas pelo grupo geram ativos em dólares e euros. Tais riscos a exposição cambial são mitigados através da contratação de ACCs e ACEs. Ademais a exposição cambial é acompanhada pela administração que avalia periodicamente os riscos existentes nos ativos e passivos atrelados a outras moedas. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - O Grupo não possui uma exposição alta a ativos e passivos que variem fortemente em relação à taxa de juros, as maiores exposições são ao CDI no mercado interno brasileiro e a taxa básica da economia dos Estados Unidos ou mesmo da Espanha. **(b) Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente e por cada empresa do Grupo Curimbaba individualmente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e considerado pela administração do Grupo como sendo baixo, contudo o monitoramento contínuo das operações é essencial para poder mitigar o risco de um crédito não ser recebido. **(c) Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, não obstante cada empresa do Grupo visa melhorar e manter sua liquidez. **4.2. Gestão de capital** - Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas ou quotistas das respectivas empresas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou quotas ou ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **5. Instrumentos financeiros por categoria**

	2022	
	Custo amortizado	Total
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	332	332
Dividendos a receber	4.535	4.535
Passivos		
Dividendos a pagar	(27.544)	(27.544)
	(22.677)	(22.677)
2021		
Custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	317	317
Dividendos a receber	3.942	3.942
Passivos		
Dividendos a pagar	(17.073)	(17.073)
	(12.814)	(12.814)
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	1	1
Banco Bradesco S/A - Conta Corrente	331	316
	332	317

Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados pela administração como bancos de primeira linha. **7. Dividendos a receber**

	2022	2021
Mineração Curimbaba Ltda.	4.535	3.942
	4.535	3.942

A movimentação desta conta está demonstrada abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	3.942	3.387
Dividendos disponibilizados pelas investidas	20.505	15.411
Dividendos recebidos	(19.912)	(14.856)
	4.535	3.942

8. Investimentos

	2022	2021
Investimentos em coligadas	431.101	402.097
Total	431.101	402.097

(a) Informações das coligadas

	Mineração Curimbaba Ltda.		GC Internacional Ltda.	
	2022	2021	2022	2021
Ações/quotas da Companhia	320.000	320.000	467.084	-
Participação da Companhia	38%	38%	38%	-
Patrimônio líquido	693.458	1.058.151	441.066	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	185.845	128.162	(25.700)	-

continua

continuação

ALOPAR PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. - CNPJ 20.692.513/0001-18
Movimentação dos investimentos

	Mineração Curimbaba	GC Internacional	Elfusa Geral de Eletrofusão	Total
	Ltda.	Ltda.	Ltda.	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	352.448	-	7.175	359.623
Equivalência patrimonial	48.701	-	-	48.701
Dividendos pagos	(15.411)	-	-	(15.411)
Perdas por variação de participação no capital da investida	232	-	-	232
Incorporação de capital (i)	7.175	-	(7.175)	-
Ajuste Conversão investidas no exterior	8.952	-	-	8.952
Saldos em 31 de dezembro de 2021	402.097	-	-	402.097
Equivalência patrimonial	70.621	(9.766)	-	60.855
Dividendos propostos	(4.324)	-	-	(4.324)
Dividendos extras	(16.181)	-	-	(16.181)
Cisão (ii)	(177.492)	177.492	-	-
Ganhos no aumento da participação (USEM)	-	3.108	-	3.108
Ajuste Conversão investidas no exterior	(11.207)	(3.247)	-	(14.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	263.514	167.587	-	431.101

(i) Em 4 de janeiro de 2021, a Companhia vendeu 3.500.000 (seis milhões) de quotas que detinha na Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. para a Mineração Curimbaba Ltda., conforme registro JUCESP 272.777/21-3 pelo valor de R\$ 7.175, valor este incorporado ao capital da própria Mineração Curimbaba conforme registro na JUCEMG 8648385/2021, no final dos registros não houve alteração na estrutura organizacional do Grupo. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2022 foi aprovada a cisão parcial da controlada Mineração Curimbaba Ltda. com versão da parcela cindida para compor o capital social da GC Internacional Ltda. com base no balanço levantado em 31 de outubro de 2022. O Protocolo de Cisão estabelece a cisão

parcial do patrimônio da Sociedade e posterior versão e incorporação da parcela cindida da sociedade pela GC Internacional Ltda. O patrimônio líquido da Mineração Curimbaba Ltda. foi reduzido em R\$ 467.084 que passou a compor patrimônio da GC Internacional Ltda., com reflexo de R\$ 177.492 no investimento de 38% que a Companhia passou a deter sobre a mesma.

	2022	2021
9. Imobilizado	470	470
Edificações	470	470
Total	(60)	(50)
Depreciação acumulada	410	420
Total Imobilizado	2022	2021
10. Dividendos a pagar	14.214	8.853
Larmac do Brasil S.A.	13.330	8.220
Bauxmar Participações Sociedade Simples	27.544	17.073

11. Provisões de contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas no montante de R\$ 930 (2021 – R\$ 930), e está discutindo essas questões nas esferas judiciais e administrativa, as quais foram consideradas com perspectiva de perda provável. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. **(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** - A Companhia não possui ações judiciais classificadas pela administração e seus consultores jurídicos como possíveis de se obter êxito com base na avaliação de seus consultores jurídicos. **12. Patrimônio líquido: (a) Capital social** - O capital social em 31 de dezembro de 2022 está totalmente subscrito e integralizado totalizando R\$ 80.000 representado por 80.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada. **(b) Reserva legal e de retenção de lucros** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Após a constituição da reserva legal e da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo terá o destino que a Assembleia Geral determinar, tendo em vista a proposta da diretoria.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios - Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estabelecido no estatuto social.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	60.803	48.632
(-) Reserva legal	(3.040)	(2.432)
Base de cálculo dos dividendos	57.763	46.200
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(14.441)	(11.550)
Total de dividendos destinados	(14.441)	(11.550)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	23,75%	23,75%

(d) Distribuição de dividendos - Movimentação da conta de "Dividendos a pagar" está demonstrada abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	17.073	8.720
Dividendos disponibilizados aos acionistas	30.326	22.950
Dividendos distribuídos	(19.855)	(14.597)
	27.544	17.073

	2022	2021
13. Despesas administrativas		
Salários, encargos e benefícios	(41)	(57)
Serviços		
Publicidade e propaganda		
Depreciação	(10)	(10)
Impostos e taxas	-	(1)
	(51)	(68)

DIRETORIA

Arnaldo Curimbaba - Diretor-Presidente
Onivaldo Horne Ferreira - Diretor
Rafael J. H. Curimbaba Ferreira - Diretor
Luiz Fernando Pancine - CRC/SP 1SP 193.309/O-5
Alexandra Cristina Aleixo - CRC/SP 1SP 235.392/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Alopap Participações e Comércio S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Alopap Participações e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alopap Participações e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros sobre o saldo de capital social. Até a presente data, os acionistas da Companhia não contemplaram, em assembleia geral, a previsão de destinação desse excesso para aumento de capital ou a distribuição de dividendos, o que faz com que a Companhia não esteja plenamente aderente ao que requer a Lei nº 6.404/76. Não nos foi praticável estimar os impactos que essa não aderência integral aos requisitos da referida Lei pode ter sobre a Companhia e suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada

apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2023



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
 Contador CRC 1MG075204/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D620-BB06-F3A0-1F37> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D620-BB06-F3A0-1F37



Hash do Documento

NtPxO4UbS1I4BWmb8TriZ4FuWSajH2mZlb6/DYB0nG4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 31/07/2023 22:51 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

